

## **Circulação de ideias e política monetária no Brasil: presença dos membros do Conselho Monetário Nacional em *think tanks* (1995-2018)\***

*Ideas circulation and monetary policy in Brazil: The presence of  
National Monetary Council members in think tanks (1995-2018)*

MATEUS C. M. DE ALBUQUERQUE\*\*

PEDRO RODRIGUES ALVES\*\*\*

---

RESUMO: Este trabalho tem por objeto a presença de membros do Conselho Monetário Nacional (CMN) em *think tanks* a partir de 1995. Quanto a este objeto, testamos a hipótese de que há vinculação de fato entre os membros do CMN e *think tanks*. A pesquisa levanta também duas outras hipóteses auxiliares: os *think tanks* funcionam como mecanismo de entrada para os cargos, aparecendo anteriormente na trajetória do Conselheiro; e que os membros do Conselho de perfil ideacional ortodoxo tendem a participar mais de *think tanks* que os demais.

PALAVRAS-CHAVE: *Think tanks*; CMN; política econômica.

ABSTRACT: This essay has for object the presence of members of the National Monetary Council (CMN) in think tanks since 1995. The problem of research of the work is if there is a de facto link between the CMN members and think tanks. The essay also has two auxiliary problems: whether CMN members previously linked to their positions and then entered think tanks or whether think tanks function as an entry mechanism for positions; and whether members of the Council with an orthodox ideational profile tend to participate in think tanks more than the rest.

KEYWORDS: Think tanks; CMN; economic policy.

JEL Classification: A14.

---

---

\* Uma versão inicial deste trabalho foi apresentada no 12º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, realizado no ano de 2020 (Albuquerque; Alves, 2020).

\*\* Pesquisador do Núcleo de Estudos em Sociologia Política (NUSP), Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR, Brasil. E-mail: mateusmartinsdealbuquerque@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3015-2227>.

\*\*\* Pesquisador do Núcleo de Estudos em Sociologia Política (NUSP), Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR, Brasil. E-mail: pedro.rodrigues21@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8463-729X>. Submetido: 24/Dezembro/2020; Aprovado: 4/Outubro/2021.

## INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

A questão da presença de *think tanks* no Estado tem mobilizado a literatura sobre a política brasileira. Não é para menos, já que o Brasil é o 11º país com mais *think tanks*, totalizando 103, segundo o ranking anual elaborado pela Universidade de Pennsylvania (Johnson; Mcgann, 2019[2005]). De fato, os espectros ideológicos diversos não mobilizariam esforços para essa estratégia se estes não fossem recompensados com a produção prática de efeitos que esse tipo de lógica acional exerceria, através de pressões e influências, sobre o Estado. O debate sobre os *think tanks* perpassa uma importante mudança estratégica por que estas associações passaram. Em sua primeira geração, segundo Rich (2004), os *think tanks* buscavam influenciar soluções para os diversos problemas sociais, sem uma coesão ideológica ou fins lucrativos. A partir dos anos 1960, como demonstra Hauck (2015), o modelo de *advocacy think tanks* passa a se vincular diretamente a um determinado paradigma ideológico, tomando por objetivo defender estas ideias ante o Estado e a sociedade.

Estes “tanques de ideias” costumam garantir ainda mais prioridade para a política econômica, sendo atores relevantes no debate público, já que a orientação da política econômica é sustentada por paradigmas ideacionais que definem prioridades na alocação de recursos, trazendo ponderações de interesses sobre os ganhos materiais dos indivíduos agentes na política e nos mercados. Teixeira (2007, p. 140), por exemplo, aponta que os empresários, de sua maioria de alinhamento ideológico conservador, perceberam que financiar *think tanks* para que produzissem certo tipo de conhecimento era “a maneira mais fácil, econômica, discreta e sem aborrecimento de produzir e espalhar suas ideias”. A partir desse apontamento, um problema típico da sociologia política se apresenta como agenda de pesquisa: a pressão e a influência exercida por esta estratégia de disputa ideacional encontram expressão através da penetração de seus quadros dentro do aparelho estatal? Eles atuam, efetivamente, “como um celeiro de recrutamento de quadros de intelectuais” (DREIFUSS, 1986, p. 28)?

Para identificar isso, devemos limitar o trabalho a um determinado recorte de análise que represente, da melhor maneira possível, a central decisória da política econômica brasileira. A condução da política monetária, no Brasil, tem sido norteadora para as demais instâncias econômicas, especialmente no período que compreende a estabilização inflacionária do país, através de mecanismos monetários diretos, como a âncora cambial e o sistema de metas da inflação. Julgamos então como arena privilegiada para esta análise o Conselho Monetário Nacional (CMN) por duas razões. A primeira delas é grande poder de decisão do Conselho quanto à política monetária nacional e a regulação do sistema financeiro. A segunda reside na composição do CMN, que contempla três das principais arenas decisórias da

---

<sup>1</sup> Agradecemos aos editores e pareceristas do *Brazilian Journal of Political Economy* por seu olhar atento a este trabalho. Todo o erro ou insuficiência do trabalho é de nossa responsabilidade.

política econômica do país em nosso recorte temporal: o Ministro da Fazenda, o Ministro do Planejamento e o Presidente do Banco Central.

Assim sendo, justifica-se o nosso objeto de pesquisa: a presença em *think tanks* de membros do Conselho Monetário Nacional, durante o período de 1995 a 2018, anos em que o Conselho manteve homogeneidade de composição de membros. Tendo em vista essas ponderações, o problema que este trabalho pretende responder é se há uma real presença de membros do CMN em *think tanks* durante o recorte estabelecido. A partir desse questionamento, dois problemas auxiliares aparecem. O primeiro é o da causalidade temporal desta relação, se a presença de um agente político no CMN o gabarita a ser membro de um *think tank* ou se o *think tank* foi um mecanismo importante para que esse agente chegasse ao Conselho. O segundo se refere ao espectro ideológico: existindo *think tanks* propagadores de ideias ortodoxas e não ortodoxas, quais deles costumam possuir mais membros oriundos ou atuantes no CMN? Para o primeiro problema, a nossa hipótese é que existe sim forte vinculação entre membros do CMN e *think tanks*. Em relação ao primeiro problema auxiliar, acreditamos que é mais comum que os agentes cheguem aos *think tanks* depois de ocuparem cargos no Estado, já que muitos desses sujeitos acabariam por fundar *think tanks* devido à projeção que o Estado lhes deu, especialmente nos anos 1990. Quanto ao segundo, hipoteticamente propomos que agentes de perfil ortodoxo tendem a participar mais de *think tanks*, já que a própria natureza liberal de sua vinculação teórica os aproxima de debates paralelos ao Estado, priorizando a sociedade civil. Para sustentar esta hipótese, entendemos que os liberais “partem da premissa de que a sociedade civil resulta da política econômica centrada no mercado” (Leher, 2005, p. 135). Ou seja, para os liberais o mercado está circunscrito à esfera da sociedade civil, sendo esta inclusive uma oposição ao Estado, uma “espécie de ‘revanche’ do econômico sobre o político, como *locus* de realização das potencialidades do indivíduo” (Nogueira, 2003, p. 189). Assim, é justificável que uma estratégia de disputa da sociedade seja, para os liberais, uma estratégia pró-mercado.

Gostaríamos de ressaltar uma limitação do estudo: pretendemos aqui mapear vinculações, mas não realizaremos o passo inerentemente posterior a este mapeamento, que seria a análise quanto aos efeitos que essa vinculação produziria praticamente na política. Entretanto, acreditamos que este é um caminho aberto para estudos futuros.

## OS THINK TANKS E O ESTADO

Para atingir os objetivos apresentados na introdução, primeiro devemos compreender o que são *think tanks* e como eles se relacionam com o Estado. Ao se falar de *think tanks*, nos referimos a um modelo de instituição da sociedade civil que busca atuar no processo de consolidação de ideias na sociedade. Tal termo advém da esfera militar, significando centros de reflexão ou locais de discussões estratégicas sobre questões vitais (Barbosa, 2016).

O conceito de *think tanks* pode ser entendido através de dois períodos, o primeiro abordando as instituições que buscam se afastar da presença direta dentro do Estado e de defesas ideológicas, pois entendiam que assim manteriam a legitimidade científica. Essa interpretação ganha força por volta da década de 1960 nos Estados Unidos, onde

[...] as concepções seminais de *think tanks* geralmente buscam defini-los a partir de uma descrição que mescla funções, formato organizacional e operações de funcionamento dando significativo enfoque à autonomia/ independência dos *think tanks* frente a outros atores do processo político (HAUCK, 2015, p. 31-32).

Já Rich (2004) entende que os *think tanks* são organizações independentes, não baseadas em interesses, sem fins lucrativos, que produzem e principalmente se apoiam na expertise e nas ideias para obter apoio e influência no processo de elaboração de políticas. Atuando desta forma, os *think tanks* começaram a ganhar força entre as décadas de 1950 e 1960, principalmente na Inglaterra e nos Estados Unidos (Rich, 2004; Teixeira, 2007). Nos primeiros anos, seu modelo institucional indicava seus objetivos, atuando de maneira a encontrar soluções para os problemas sociais que permeavam a sociedade. Portanto, havia um comprometimento público em busca da solução para os problemas sociais, tanto aqueles que eram atrelados ao Estado, quanto aqueles de originários da sociedade civil, de modo que Andrew Rich define os *think tanks*

[...] como organizações independentes, sem base ideológica e sem fins lucrativos que produzem e dependem principalmente de perícia e ideias para obter apoio e influenciar o processo de formulação de políticas – Politicamente, *think tanks* são instituições agressivas que procuram ativamente maximizar a credibilidade pública e o acesso político para fazer seus conhecimentos e ideias influentes na formulação de políticas (Rich, 2004, p. 11, tradução nossa).

Ao que se refere à segunda interpretação sobre o conceito de *think tanks*, é importante considerar que o conceito pode ser insuficiente, tendo em vista que por vezes culmina em certo “estiramento conceitual” (Hauck, 2015, p. 34). Esse entendimento surge devido ao fato de que começaram a surgir *think tanks* com atuações diferenciadas daqueles característicos dos anos 1960, como abordamos anteriormente. Surgem *think tanks* que abrem mão de não possuírem vínculos ideológicos ou governamentais, o que demanda a criação de novas categorias (Tabela 1).

Tabela 1: Tipologia de *think tanks*

Tipo	Descrição
Acadêmico	Baseados em universidades ou provenientes delas devotados a realizar e disseminar pesquisas científicas que subsidiem o debate de políticas públicas.
Governamentais	Divisões estratégicas governamentais ou agências financiadas pelo governo. Gozam de estabilidade financeira com o ônus da não independência.
Pesquisa por contrato	Conduzem pesquisa sob demanda, privada ou governamental e tem forte credenciais acadêmicas por isso rigor metodológico, mas podem sofrer interferências nos rumos da pesquisa pelos contratantes.
Advocacy político	Direcionadas ideologicamente, podem dedicar mais atenção à disseminação de ideias do que a produzi-las. O processo político é uma guerra de ideias e suas equipes é pouco acadêmica. Frequentemente, obtêm recursos de fontes ligadas aos interesses que promovem.

Fonte: Hauck (2015, p. 7).

É importante ressaltar que cada sociedade pode gerar uma demanda de ação diferente aos *think tanks*, nos países asiáticos podemos ver uma maior presença de *think tanks* que atuam de modo externo ao Estado, buscando uma atuação que vise a neutralidade, como podemos ver nos estudos de Naughton (2002) e Han, Xue e Zhu (2018). Enquanto isso, nas sociedades ocidentais se demonstra a tendência para uma atuação com viés ideológico e com forte presente dentro do Estado, como é demonstrado nos trabalhos de Kelstrup (2020), Ohemeng (2005), Abelson e Carberry (1998), Rocha (2017) e Hauck (2015).

Nessa toada, podemos compreender que os *advocacy think tanks* possuem uma permeabilidade dentro da esfera estatal, a partir de seu atrelamento ideológico e partidário. Nesse modo de ação mais ideológico e que adentra ao Estado, se faz a necessidade de criar tipologias para diferenciar os *think tanks*. Nesse sentido, a tipologia que vem ganhando força é a dos *advocacy think tanks*, de modo que

[...] entre 1970 e 2000 o número de *think tanks* mais do que quadruplicou, crescendo de menos de 70 para mais de 300 organizações atuantes. Mais da metade dos novos *think tanks* que se formaram neste período possuíam uma orientação ideológica facilmente identificável e, dentre estes, dois terços são de direita (Rocha, 2017, p. 98).

Esse aumento de *advocacy think tanks* podem ser explicados a partir da presença de *think tanks* em realidades distintas dos países onde começaram a aparecer, Estados Unidos e Inglaterra. A partir da ideia de repertório de Charles Tilly entendemos que realidades diferentes geram necessidades diferentes, que fazem que modos de atuação surjam para suprir essa necessidade, como é abordado por Alonso (2012). É nessa toada que Denham e Stone (2004) partem do pressuposto de que

a interpretação da neutralidade dos *think tanks* é um pensamento anglo-americano, de modo que não se aplica em outras sociedades, como é o caso da brasileira.

Esses *think tanks* serão trabalhados a partir da perspectiva elaborada por Dreifuss (1986), que partem da ideia de que os *think tanks* são lugares dos que buscam atuar em defesa de suas ideias e ideologias, de modo que são especializados no planejamento e na implementação de ação política, sendo que os *think tanks* atuariam como um braço pensante e articulador desses grupos. Nesse sentido, os *think tanks* atuariam como segmentos auxiliares e de assessoria para a formulações de políticas públicas de interesses do setor que representa, atuando, também, “como um celeiro de recrutamento de quadros de intelectuais” (Dreifuss, 1986, p. 28).

Os *think tanks* atuariam como uma instituição que possui certa legitimidade com a sociedade civil, de modo que seus membros compartilham dessa legitimidade. Devido a isso, o recrutamento de seus membros traria a legitimidade para o governo que o trouxe ou coalizão política de que faz parte, assim como faz parte das ações necessárias para o *think tank* atingir sua finalidade, materialização de suas ideias em políticas públicas. Devido a esse fato os *think tank* podem ser compreendidos como “celeiros de recrutamento”, mas, como aborda Dreifuss (1986), se faz necessário que o vínculo com o *think tank* seja anterior à entrada dentro do Estado, para que assim seja coerente a compreensão desse como um celeiro de recrutamento.

É a partir da atuação dos *think tanks* como celeiros de recrutamento que buscaremos responder quais *think tanks* se fazem representados no Conselho Monetário Nacional. Essa resposta se faz importante devido ao fato de que essa presença poderia colaborar na criação das condições necessárias para que o *think tank* representado possa atingir seus objetivos em relação à esfera estatal, transformar suas ideias em políticas públicas. Outro ponto em que se faz necessária a atenção se refere a uma questão: o *think tanker* adentrou ao Estado antes de se vincular ao *think tank* ou depois? Essa pergunta se faz de extrema importância devido ao fato de ser um requisito para compreender os *think tanks* como celeiro de recrutamento. Desse modo, esse mapeamento é significativo para responder quais *think tanks* possuem representação no CMN e se podemos entender os *think tanks* brasileiros como celeiro de recrutamento.

## O CMN APÓS O REAL: IDEIAS EM CONFLITO

O Conselho Monetário Nacional foi fundado em 31 de dezembro de 1964, através da Lei nº 4.595. A fundação do Conselho e do Banco Central se dava em resposta à demanda dos credores internacionais de constituição de uma autoridade monetária brasileira capaz de manejar politicamente a autonomia necessária para enfrentar a inflação, e os interessados em lucrar com sua manutenção (Werneck Vianna, 1987). O caráter fundacional do Conselho em 1964 era de autorregulação: o CMN surgiu sob a égide liberal de uma instituição que iria fiscalizar o governo,

um discurso alinhado a uma perspectiva de autonomia e suposta tecnicidade (Calmon e Silva, 2006; Werneck Vianna, 1987).

Como demonstra a literatura, o Conselho passou por diversas alterações ao longo de sua história. No período de Costa e Silva, foi gradativamente ampliado, assumindo também tarefas que vão além da política monetária, tornando-se assim uma agência de regulamentação máxima da economia brasileira. Além disso, seus poderes ficaram absolutamente concentrados no poder executivo, na figura do ministro da Fazenda, Delfim Netto. Esse processo se amplia com o “milagre econômico” durante o governo Médici: mais ampliação do CMN, mais ampliação e concentração de seus poderes (Werneck Vianna, 1987; Calmon e Silva, 2006). Uma forte pressão dos empresários (especialmente do setor bancário) por um redesenho institucional da política econômica leva o governo Geisel a construir o Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE), de organização mais generalizada da política econômica, deixando o CMN mais focalizado na política monetária (Codato, 1997). O fato de esta política não ter logrado êxito em reduzir a concentração na política monetária soma-se como um dos elementos da chamada “campanha antiestatal” encabeçada pelos empresários, condicionando a ampliação da representação empresarial no Conselho. Entretanto, decretos seguintes lograram em ampliar a participação do Estado no CMN, além de que a participação empresarial no Conselho se mostrava artificial: o CMN era inchado e as posições já chegavam “prontas” por parte do governo.

Em princípio, a redemocratização ampliaria esta concentração do executivo. O governo Sarney emitiu o Decreto nº 85.776/86, que produziu uma instituição que marcaria profundamente o desenvolvimento desta agência: as deliberações *ad referendum*. Esse mecanismo basicamente consiste no fato de que o presidente do Conselho (no caso, o ministro da Fazenda) possui a liberdade para tomar decisões de maneira antecipada às reuniões do Conselho. Ou seja, as decisões poderiam ser executadas de maneira anterior a sua aprovação. Silva (2013) aponta que este mecanismo tornou o Conselho apenas uma instância “formal” de participação.

O governo Collor iniciou-se com uma robusta reforma ministerial, o que representou uma redução na quantidade de membros ocupantes do Conselho. Mas este caráter foi alterado em medidas posteriores, que tornaram a ampliá-lo. Mesmo reduzido em relação ao governo anterior, o Conselho não conseguia dar voz efetiva às diferentes demandas ali presentes, seja pela força do mecanismo *ad referendum* em concentrar poderes no ministro da Fazenda, seja pela ampla desorganização da política econômica. O impeachment de Fernando Collor e a ascensão de seu vice, Itamar Franco, ao poder no final de 1992 representou, ao menos no início, uma redução na possibilidade de se garantir autonomia técnica à política monetária. Raposo (2011) narra que o novo presidente gostaria de deixar o Banco Central perto da arena política, para ser observado e, quando necessário, controlado. Em seu primeiro semestre de mandato, foi alterada a legislação para que o Conselho Monetário Nacional agregasse ainda mais participantes (de 24 para 27, através do Projeto de Lei nº 8.646/93). Mas esse processo não seria duradouro. As passagens, em sequência, de Gustavo Krause, Paulo Roberto Haddad e Eliseu Rezende no

Ministério da Fazenda não foram eficientes em combater a inflação. Em agosto de 1993, o então ministro das Relações Exteriores, o senador eleito por São Paulo, Fernando Henrique Cardoso, assumiria a pasta.

A equipe do Real, formada majoritariamente por jovens economistas de linha liberal, com doutorado nas principais universidades dos Estados Unidos, passa a encaminhar um processo de redesenho institucional que desse sustentação às etapas do plano: combate heterodoxo da inflação inercial pela criação de uma “semimoeda” indexada em dólar e redução da máquina estatal. Calmon e Silva (2006), ao realizar este retrospecto, observam que os ditames estabelecidos no processo constituinte de 1988 impediam algumas das mudanças desejadas pela equipe econômica. Um dos empecilhos mais tenazes seria o art. 192 da Carta Magna, que regulava o sistema financeiro nacional. O artigo limitava poderes do Banco Central, impedindo assim a concessão de sua plena autonomia. Sobre o processo de confecção deste artigo, versam os autores:

A equipe formuladora do Real percebeu que a paralisia imposta pelo art. 192 seria um forte obstáculo legal para modificações nas instituições responsáveis pela moeda. Nesse sentido, uma observação merece ser feita acerca desse dispositivo constitucional. Na Assembleia Constituinte, a redação do art. 192 incorporou vários dispositivos de forma a acomodar interesses diversos, o que tirou a unidade dos temas ligados a esse artigo. Assim, para ser regulamentado, um forte obstáculo foi a exigência de que a regulamentação fosse contemplada integralmente em uma única lei complementar, abordando, assim, uma grande quantidade de temas sobre os quais o consenso não existia (Calmon e Silva, 2006, p. 15-16).

Para além do impedimento quanto à autonomia do BC, havia também a impossibilidade de se extinguir o inchado CMN. Segundo Raposo (2011), o empecilho seria o próprio Presidente, que não era simpático à ideia de reduzir a capacidade de intervenção da presidência no Conselho. A partir desta negociação, criou-se o modelo de trinca que perduraria pelas próximas três décadas. Implementado através da Medida Provisória 542/94 (que na época ficaria conhecida como a “MP do Real”, por ser, oficialmente, o marco zero do plano, através do começo da vigência da nova moeda), o novo desenho do CMN era agora formado pelos titulares da pasta da Fazenda, do Planejamento e pelo presidente do Banco Central. Com a presidência do Conselho mantida com a Fazenda, a Presidência da República possuía a segurança de garantir uma espécie de “autonomia informal” (Silva, 2013) ao Banco Central sem que houvesse um fiador do governo para atuar como freio de controle.

Uma característica do formato de trincas, de acordo com Silva (2013), é a de concentrar as expectativas dos conflitos e consensos nas interações entre os três agentes, reduzindo as mediações que tornavam opacas as relações entre os conselheiros. O caráter estratégico suplantaria o caráter de conselho “enquanto houvesse afinidade entre os membros” (Silva, 2013, p. 19). Além da composição de trinca



formada pelo ministro da Fazenda, o do Planejamento e o presidente do Banco Central, as legislações que encaminharam a criação do Real também estabeleceram a periodicidade mensal das reuniões (podendo haver reuniões extraordinárias) e duas prerrogativas exclusivas do ministro da Fazenda: a de convidar membros externos de maneira consultiva a participar de reuniões específicas (sem poder de voto) e a de tomar decisões previamente à reunião do Conselho, que teria o papel de chancelá-las posteriormente. Ou seja, uma manutenção do mecanismo *ad referendum*. Também foram criadas Comissões Consultivas ao CMN, para auxiliar pautas específicas: de Normas e Organização do Sistema Financeiro; de Mercado de Valores Mobiliários e de Futuros; de Crédito Rural; de Crédito Industrial; de Crédito Habitacional, e para Saneamento e Infraestrutura Urbana; de Endividamento Público; de Política Monetária e Cambial (esta última sob a sigla COMOC).

O modelo de trinca não sofre novas alterações quanto à sua composição durante o recorte aqui escolhido. Entretanto, houve mudanças no que se refere a vários aspectos que tangem à ação direta do Conselho Monetário Nacional. Outro elemento, trazido por Calmon e Silva (2006) é que, apesar de facilitar a “autonomia informal” do Banco Central, a própria existência do CMN sob este formato tornava-se fator impeditivo para a concessão de autonomia plena, já que o Conselho se tornava um espaço de concentração das tensões existentes entre os interesses e as diferenças de leitura macroeconômica do governo e do corpo técnico do Banco Central.

Constantes foram as situações conflitivas identificadas no Conselho após o redesenho promovido pela equipe do Real. É possível inferir que diferenças ideológicas na leitura da condução da economia brasileira emolduram todos estes embates. No governo FHC, Pedro Malan (Fazenda) e José Serra (Planejamento), apoiado pelo empresariado paulista, discordavam publicamente sob temas como a valorização do Real e os incentivos às exportações brasileiras (Sardenberg, 1994, 1995). No governo Lula, Guido Mantega (Fazenda) discordava publicamente da política gradualista de redução de juros adotada por Henrique Meirelles (Banco Central) (Alencar e Billi, 2006). No segundo governo Dilma, após um período de maior ativismo estatal (Singer, 2015), a decisão de adotar políticas mais orientadas para o mercado colocam o banqueiro Joaquim Levy no cargo de ministro da Fazenda. Suas propostas de austeridade o colocaram em rota de colisão com setores do PT e com o ministro do Planejamento Nelson Barbosa. Discordavam quanto à política orçamentária, chegando a defender propostas diferentes no Congresso (Cruz et al., 2015; Divergências, 2015; Rocha, 2015).

## CMN E *THINK TANKS*: HÁ ALGUMA RELAÇÃO?

### Metodologia

Para responder à pergunta que motiva este artigo, recorreremos a uma prosopografia. Segundo Stone (2011), prosopografia é a “investigação das características

comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas” (STONE, 2011, p. 115). Neste método, se buscam tanto correlações internas quanto correlações com um tipo de ação deste ator. O aspecto da vida a ser analisado varia conforme o objeto.

O método possui dificuldades inerentes a sua natureza, como a deficiência de dados (muitos dados biográficos são difíceis de se encontrar, e quanto mais baixa a camada social do sujeito, mais difícil ainda de se encontrar); erros de classificação (nenhuma categoria de classificação é universal, não serão formados padrões, além disso, existe sempre o risco de se perderem subclassificações importantes que colocam sujeitos iguais em um mesmo escopo); erros de interpretação (não mensurar as proporções das categorias elencadas, criar relações de determinação que não podem ser imputadas). Entretanto, para o autor, esses pontos podem ser mitigados adotando-se estudos de grupos pequenos, com uma determinada coesão que os identifique como objeto (bem definido) e pertencentes a um mesmo recorte temporal ou a um recorte temporal próximo. Acreditamos que o objeto aqui definido atende a esses predicados.

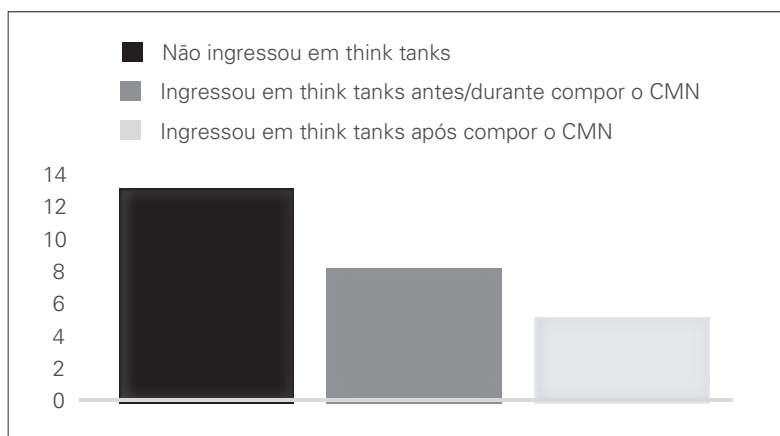
Segundo Heinz e Codato (2015), a prosopografia nas ciências sociais é uma extensão dos procedimentos realizados na sociologia descritiva. O trabalho prosopográfico, segundo os autores, não pode se bastar em coletar dados sobre os indivíduos, e sim deve ser a soma de elementos que possam reconstituir “a partir de um problema histórico determinado, os dados biográficos de um grupo para, aí então, se pensar as regularidades que há entre os atributos de seus atores conforme os contextos históricos” (Heinz e Codato, 2015, p. 255).

A prosopografia deste artigo não pretende descrever toda a trajetória de *background* dos Conselheiros do CMN, mas “capturar”, a partir de fontes diversas, as informações necessárias para responder às questões que levantamos. No Anexo 1, podemos visualizar a presença dos Conselheiros do CMN em *think tanks*. As fontes para estas informações são o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (Paula e Lattman-Weltman, 2010), os websites dos *think tanks* citados e a pesquisa de Silveira (2013). Dividimos a participação em dois blocos: os *think tanks* em que o Conselheiro entrou antes ou durante a sua entrada no CMN; e os *think tanks* em que o Conselheiro passou a participar depois de ter deixado o governo. Desconsideramos as participações de Francisco Lopes e Romero Jucá, que ficaram em seus cargos (presidência do Banco Central e Ministério do Planejamento, respectivamente) por menos de um mês. Como alguns Conselheiros participaram mais de uma vez do CMN (em cargos diferentes, em governos diferentes ou mesmo nas duas situações), contamos como momento de entrada a data de nomeação do agente em seu primeiro cargo com assento no CMN. As entradas em *think tanks* posteriores ao fim de sua primeira gestão como Conselheiro foram consideradas como “posteriores ao cargo”, mesmo que o indivíduo tenha participado posteriormente do Conselho em outra ocasião. Isto porque a sua primeira participação no Conselho pode ter servido como “porta de entrada” para o *think tank* em questão, sendo empiricamente relevante considerá-lo assim.

## A presença de membros do CMN em *Think Tanks*

A partir desta tabela, é possível extrair a seguinte informação: 50% dos agentes que se tornaram Conselheiros do CMN durante o recorte temporal selecionado não tiveram nenhuma relação formal com *think tanks*. Dos que tiveram, uma maioria se envolveu com este tipo de instituição antes ou durante a sua primeira participação como Conselheiro (30,7%), e um número minoritário ingressou em *think tanks* após participar do Conselho (19,3%). Estes dados podem ser melhor visualizados no Gráfico 1.

Gráfico 1: Número de Conselheiros do CMN que participaram ou não de *think tanks*

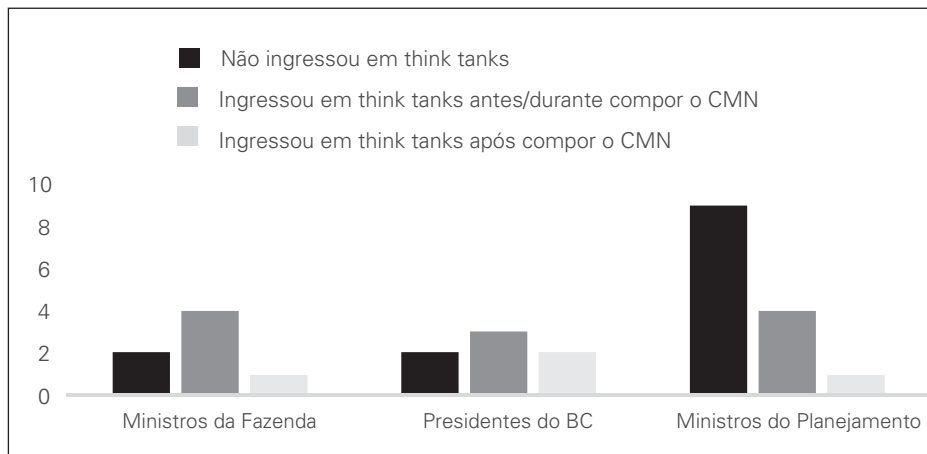


Fonte: Elaborado pelos autores.

Apesar de o universo geral demonstrar que a presença de *think tanks* não compõe uma maioria dentre os membros do CMN, o resultado analisado dentro dos cargos específicos é um pouco diferente. Dos que ocuparam o Ministério da Fazenda, 28,5% jamais se envolveram com *think tanks*. Dentre os que se envolveram, apenas 14,2% entraram em *think tanks* após a sua participação no governo. A maioria dos ministros da Fazenda (57,3%) já participou de *think tanks* antes ou entraram durante a sua gestão. No caso dos presidentes do Banco Central, apenas 28,5% nunca se envolveram com *think tanks*. Entretanto, no que se refere aos que se envolveram, os números são diferentes: 42,8% entraram no Conselho já tendo feito parte de *think tanks* ou entraram em *think tanks* durante o mandato, enquanto 28,5% entraram depois do mandato. O caso do Ministério do Planejamento é, certamente, o que justifica os dados do Gráfico 1: 64,2% dos ministros do Planejamento não possuem nenhuma ligação com *think tanks*. Dos que possuem, 28,5% ingressaram antes ou durante os seus mandatos, enquanto apenas 7,3% ingressaram em *think tanks* após ocuparem seus cargos. Isso demonstra um perfil diferente para cada cargo, como podemos visualizar no Gráfico 2. Para este gráfico, contamos

os indivíduos que participaram do CMN mais de uma vez em cargos diferentes como uma unidade por cargo, para não gerar distorções.

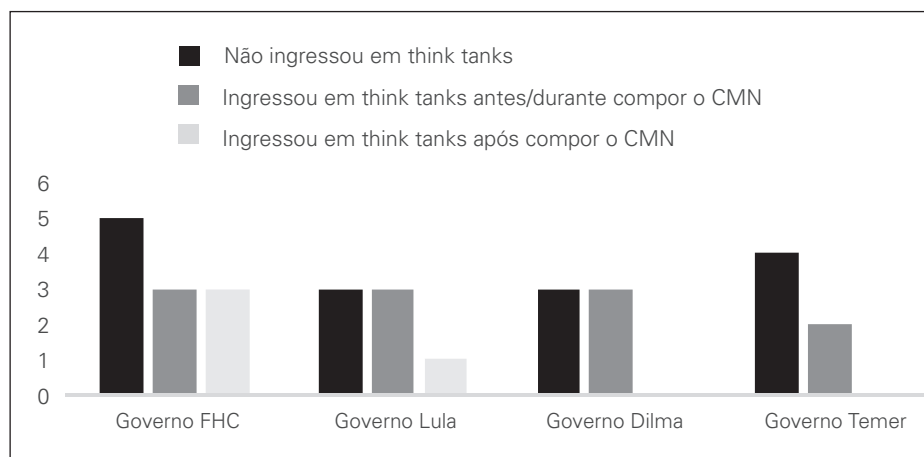
Gráfico 2: Número de Conselheiros do CMN que participaram ou não de *think tanks* por cargo



Fonte: Elaborado pelos autores.

Assim, é possível perceber que os dados do Gráfico 1 estavam sendo condicionados pela maior rotatividade de ministros do Planejamento durante o período estudado. O recrutamento de indivíduos que participam de *think tanks* é majoritário nos casos do Ministério da Fazenda e do Banco Central. Observamos como isso se comporta por governo no Gráfico 3. Para evitar distorções, indivíduos que participaram de dois governos foram contados unitariamente por governo. Assim, foi possível observar que no governo Fernando Henrique Cardoso, 45,6% dos Conselheiros nunca se envolveram em *think tanks*, enquanto 27,2% já entraram no CMN estando vinculados a *think tanks* ou se vincularam durante a sua presença no governo, enquanto 27,2% se vincularam após a sua participação no CMN. No governo Lula da Silva, 42,8% nunca participaram de *think tanks* e os mesmos 42,8% estiveram vinculados antes de entrar no governo ou durante a sua participação no governo. Uma minoria de 14,4% se vinculou em *think tanks* após participar do governo. Nos governos Dilma Rousseff e Michel Temer, nenhum Conselheiro ingressou em *think tanks* após a sua saída do governo. No caso do governo Dilma, metade dos Conselheiros nunca se envolveu em *think tanks* e metade se envolveu antes ou depois do governo. Já no governo Temer, 66,7% nunca se envolveram com *think tanks* e 33,3% se envolveram antes ou durante a sua participação no governo.

Gráfico 3: Presença de Conselheiros do CMN em *think tanks* nos governos FHC, Lula, Dilma e Temer



Fonte: Elaborado pelos autores.

Com esta informação, é possível observar que o recrutamento de Conselheiros que estão vinculados a *think tanks* é relativamente constante, variando levemente em relação à proporção dos recrutados. Uma informação notável é a de que o governo FHC foi responsável por grande maioria dos Conselheiros que depois viriam a fazer parte de *think tanks*. Uma possível explicação para isto seria o fato de que a presença de *think tanks* na política brasileira é algo relativamente recente, portanto, muitos dos Conselheiros do CMN durante o governo FHC seriam, na verdade, fundadores de importantes *think tanks* nos anos que se seguem. A pesquisa de Silveira (2013), por exemplo, demonstra este fato.

Ao se abordar a questão da presença de membros de *think tanks* na composição do CMN, se respondeu à questão sobre quais áreas possuem vinculação, assim as diferenças entre governos. Porém, uma questão ainda fica em aberto, qual tipo de *think tank* se faz presente dentro do CMN? É a partir dessa indagação que, fundamentado a partir da tipologia apresentada no início do texto, o Gráfico 4 busca apresentar os tipos de *think tanks* presentes. A classificação do Ibre/FGV e do Instituto Millenium foi trazida do trabalho de Hauck (2015). A dos demais foi construída pelos autores deste artigo a partir dos critérios expressos na Tabela 1.

Tabela 2: *Think tanks* presentes CMN por tipologia

ThinkTank	Tipologia
Casa das Garças	<i>Advocacy</i>
CEBRAP	<i>Acadêmico</i>
CCIF	<i>Advocacy</i>
CDPP	<i>Advocacy</i>
Ibre/FGV	<i>Acadêmico</i>
Inst. Millenium	<i>Advocacy</i>
G30	Governamental

Fonte: Elaborado pelos autores.

A partir do dado apresentado podemos observar uma presença maior de *think tanks* da modalidade *advocacy* político, que buscam atuar em defesa de valores e políticas públicas condizente com suas ideologias. Isso se faz importante para compreender quais tipos de *think tanks* se fazem presentes, assim como sua relação com a ideologia, como veremos adiante.

### Ideologia e *Think Tanks*

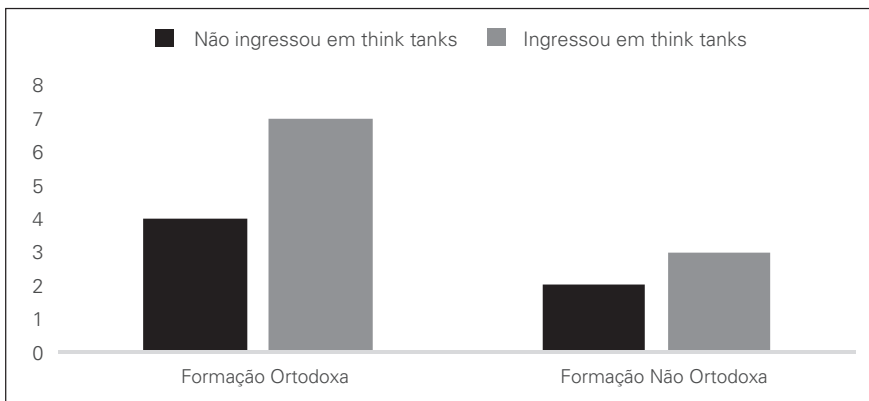
Uma pergunta secundária que este estudo pretende responder é se os agentes da política econômica ideologicamente identificados com a ortodoxia econômica tendem a ser mais vinculados a *think tanks* que agentes ideologicamente não identificados com a ortodoxia econômica. Existem inúmeras dificuldades em atribuir ideologia a um agente determinado. Ao identificarmos o seu *background* educacional a determinado escopo valorativo, corremos o risco de assumir que os indivíduos não podem assumir posições contrárias às usualmente adotadas pelos seus espaços de formação. Além disso, “ortodoxia econômica” é uma categoria majoritariamente vinculada aos cursos de economia, e esta não é a formação de todos os integrantes do CMN: do universo de 25 indivíduos analisados, 14 (56%) possuem o seu último grau de formação em economia, enquanto os demais 11 (44%) possuem o grau de formação mais elevado em outras áreas do conhecimento. Por outro lado, simplesmente assumir a atribuição ideológica por parte de terceiros também possui seus problemas: a visão do outro sobre os Conselheiros varia em grau de credibilidade (pesquisadores, especialistas, jornalistas, militantes políticos) da atribuição.

Para atenuar estes problemas, buscamos os dois dados em nossa prosopografia, a fim de que as vantagens de um compensem as desvantagens do outro. Quanto ao *background* educacional, aproveitamos os dados de outros estudos (Codato e Cavalieri, 2015; Önder e Terviö, 2015) para classificar os centros de estudo em economia como ortodoxos ou como não ortodoxos. No Anexo 2, demonstramos como foram classificados os centros de formação que aparecem nos *backgrounds* educacionais dos Conselheiros do CMN. Usamos por fonte o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (Paula e Lattman-Weltman, 2010). Importante frisar nova-

mente, estamos contando apenas centros de formação educacional na área de economia, e consideramos apenas a formação mais elevada dos indivíduos.

A partir deste levantamento, é possível perceber que a maioria dos Conselheiros com última formação em economia tiveram a sua educação em centros de formação identificados com a ideologia ortodoxa. Entretanto, proporcionalmente, a obtenção de grau em economia em um centro de formação ortodoxo não é uma variável determinante para vincular-se ou não em *think tanks*. Dentre os de formação ortodoxa, 63,6% vincularam-se em *think tanks* em algum ponto de sua trajetória pessoal, enquanto entre os de formação não ortodoxa, estes são 60%. Estes dados podem ser visualizados no Gráfico 5, abaixo.

Gráfico 4: Presença de Conselheiros do CMN com formação ortodoxa e não ortodoxa em *think tanks*



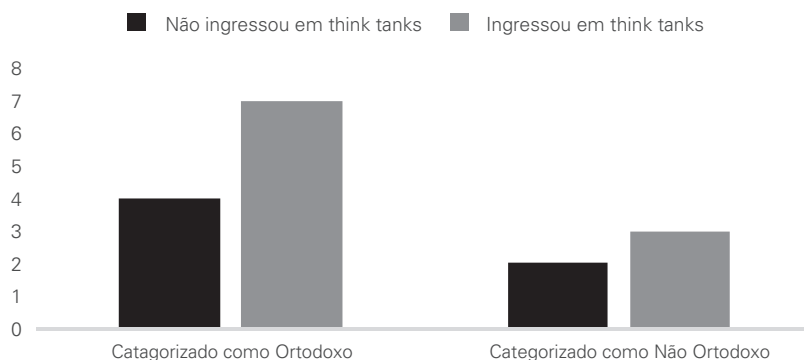
Fonte: Elaborado pelos autores

Quanto à ideologia atribuída, recorremos a fontes diversas. Devido ao grau de notoriedade e protagonismo no debate público destes Conselheiros ser bastante diverso, nem todos os agentes possuem uma ampla gama de atribuição ideológica. Muitos têm sua ideologia atribuída em comentários de jornal, ou mesmo em entrevistas dadas por terceiros. Outros, com mais presença no debate econômico, são categorizados em trechos de estudos acadêmicos que apresentam rigor analítico que justifique a categorização. Existe ainda um terceiro grupo, mais nebuloso, em que não foi possível encontrar comentários atribuindo qualquer tipo de ideologia econômica ao agente, tornando-se “indefinidos”. Por fim, existem também os em que é possível encontrar duas interpretações diferentes para a atribuição da ideologia dos agentes. Estes também tiveram de ser categorizados como “indefinidos”. No Anexo 3, é possível observar o compilado desta relação.

Assim, partimos para considerar a vinculação destes agentes com *think tanks*. Consideramos apenas os agentes que foram categorizados pelas fontes como “ortodoxos” ou “não ortodoxos”. Os agentes em que há divergência quanto à sua categorização foram elencados como “indefinidos”. Neste caso, repete-se a tendência evidenciada na variável anterior. Dentre os categorizados como ortodoxos, 63,6%

se vincularam em algum momento a *think tanks*. Entre os categorizados como não ortodoxos, a proporção é de 66,6%. Os números muito semelhantes confirmam a tendência: tanto ortodoxos quanto não ortodoxos buscam, em igual tendência, *think tanks* como instituições associativas. A princípio, a ideologia econômica não é um critério para a busca desta estratégia. Essas informações podem ser observadas a seguir, no Gráfico 5.

Gráfico 5: Presença de Conselheiros atribuídos como ortodoxos e como não ortodoxos em *think tanks*



Fonte: Elaborado pelos autores

Agora, cruzaremos os dados averiguados nas duas seções deste excerto empírico. Na tabela abaixo, representamos a relação entre a ideologia, através das duas formas que elencamos para efetuar a atribuição, com a classificação dos *think tanks* através da tipologia proposta por Hauck (2015). O universo analisado pela tabela é o dos 12 Conselheiros que participaram de *think tanks* em algum momento de sua trajetória. A soma dos valores está maior que 100% devido ao fato de um dos Conselheiros participar de dois *think tanks*, cada um adequado a uma tipologia.

Tabela 3: Número e porcentagem de divisões tipológicas do *think tanks* por ideologia dos Conselheiros

	Formação			Atribuição		
	Ortodoxa	Não Ortodoxa	M.T.O.A <sup>2</sup>	Ortodoxa	Não Ortodoxa	Indefinida
Acadêmico	0 (0%)	3 (25%)	1 (8,3%)	0 (0%)	3 (25%)	1 (8,3%)
Advocacy	6 (50%)	0 (0%)	2 (16,6%)	6 (50%)	1 (8,3%)	1 (8,3%)
Governamental	1 (8,3%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (8,3%)	0 (0%)	0 (0%)

Fonte: Elaborado pelos autores.

<sup>2</sup> Maior Titulação em Outra Área.



Se nos gráficos anteriores percebemos um equilíbrio ideológico entre os Conselheiros que participam de *think tanks*, com proporção muito similar entre ideológicos e não ideológicos, a Tabela 3 revela que é necessário qualificar um pouco mais essa afirmação. A grande maioria dos que participam de *think tanks* do tipo *advocacy* são ortodoxos, pelas duas formas de aferir ideologia que indicamos aqui no trabalho. Isso indica um maior grau de ativismo político dentre os que participam de *think tanks*. Desenvolveremos estes resultados de maneira mais qualificada nas conclusões.

## CONCLUSÕES

Quanto à primeira problemática apresentada por este estudo, ficou claro que há sim uma considerável participação de conselheiros do CMN em *think tanks*. Essa participação é muito mais significativa quando se trata de ministros da Fazenda e presidentes do Banco Central. Está falseada a hipótese de que os cargos são, majoritariamente, um vocativo de prestígio para a entrada destes sujeitos na política. Muitos dos sujeitos analisados já entraram nos cargos como membros efetivos de *think tanks*. Assim, a participação de grandes nomes da política econômica neste tipo de entidade contempla sua estratégia de ambição política: alcançar postos no governo para projetar-se na sociedade civil.

Esse achado se faz relevante para compreender a ação dos *think tanks* na realidade brasileira, principalmente quando é estabelecido um diálogo com a ideia de que os *think tanks* seriam celeiros de recrutamento. A demonstração empírica de que esses membros entram, em sua maioria, nos *think tanks* antes de fazer parte da CMN contribui para o entendimento de que essas instituições atuam como segmentos auxiliares e de assessoria para a formulações de políticas públicas de interesses do setor que representa. Isso só é possível se esses membros já faziam parte dos institutos antes de adentrar ao Estado, como observado no trabalho.

Quanto à ideologia, temos também um relativo falseamento de hipótese. Agentes que não são classificáveis como ortodoxos, seja pelo seu *background* educacional, seja pela classificação de terceiros, se filiam a este tipo de entidade no mesmo volume que os ortodoxos. Isto indica que a *think tanks* são estratégias de disputa ideacional-econômica adotadas por mais de uma forma de se interpretar a economia. Os dois lados da política monetária vinculam-se à *think tanks*. Entretanto, o nosso estudo demonstra que não há um equilíbrio na forma como ortodoxos e não ortodoxos vinculam-se a *think tanks*. Os Conselheiros identificados como ortodoxos, nas duas formas em que fizemos esta categorização, estão majoritariamente vinculados aos *advocacy think tanks*, enquanto os não ortodoxos filiam-se aos *think tanks* acadêmicos. Se compreendermos os *advocacy* pela como um espaço que visualiza o processo político como “uma guerra de ideias”

e que “frequentemente, obtêm recursos de fontes ligadas aos interesses que promovem” (Hauck, 2015, p. 7), percebemos que essa diferença é substantiva, demonstrando que os ortodoxos fazem um maior uso desse mecanismo de permeabilidade, criação de legitimidade e de pressão de grupos de interesses.

Afinal, se *advocacy think tanks* costumam obter recursos daqueles que se conectam aos interesses promovidos, cabe aqui questionar quem se beneficia com a entrada de agentes ortodoxos na política monetária. Ao menos do ponto de vista teórico, é plenamente possível identificar essas vinculações. Fiori (2001) aponta para convergência entre a ascensão conservadora no poder em diversos países, os interesses do setor financeiro e o momento em que “a ortodoxia neoclássica torna-se monoliticamente hegemônica na academia americana” (Fiori, 2002, p. 59). Boron (1994) também advoga por este caminho, vinculando a ortodoxia quanto à política monetária ao capitalismo monopolista. Crocco e Jayme Jr. (2003), ao estudarem a questão da autonomia do Banco Central, vinculam a adoção de políticas monetárias ortodoxas à busca por prestígio de credores internacionais. Ou seja, é possível afirmar que uma maior vinculação dos ortodoxos à modalidade de *think tanks* que representa mais ativismo político é também um indicador de maior ativismo político por parte dos interesses que se vinculam à ortodoxia monetária.

Dados como esses nos ajudam a compreender a relação dos *think tanks* no Brasil por uma lente que ainda está se desenvolvendo na academia brasileira. Eles não ajudam apenas na compreensão da relação dos *think tanks* com a CMN, mas também em um sentido mais amplo, na compreensão de como esses institutos atuam na sociedade brasileira.

Importante ressaltar as limitações deste escrito. Como atuamos apenas de forma descritiva, não foi possível observar se estas vinculações possuem algum impacto na política. Assim, poderíamos diferenciar sujeitos que estão de maneira *pro forma* em *think tanks* de sujeitos ativos nesta estratégia. Nossa classificação ideacional também é limitada, pela própria natureza de classificações via *background* educacional e de categorização de terceiros. Também vale frisar que ao falarmos de “ortodoxo” e “não ortodoxo” estamos focalizando apenas a política monetária, não englobando outros aspectos do ideário econômico, ou mesmo do político. Acreditamos que futuros estudos possam refinar, acrescentar e até mesmo corrigir estas insuficiências.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABELSON, Donald; CARBERRY, Christine (1998). Following suit or falling behind? A comparative analysis of think tanks in Canada and the United States. *Canadian Journal of Political Science*, v. 31, n. 3, p. 525-555.
- ALBUQUERQUE, Mateus C. M. de; ALVES, Pedro Rodrigues (2020). Circulação de Ideias e Política Monetária no Brasil: A Presença dos Membros do Conselho Monetário Nacional em *Think Tanks* (1995-2018). In: *12º Encontro da ABCP – Democracia e Desenvolvimento*, 2020, João Pessoa – PB. Anais Eletrônicos: 12º Encontro ABCP.

- ALENCAR, Keneddy; BILLI, Marcelo. Ata do COPOM gera atrito entre Fazenda e BC. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 28 abr. 2006. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/f2804200602.htm>>. Acesso em: 04/06/2020.
- ALONSO, Angela (2012). Repertório, segundo Charles Tilly: História de um conceito. *Sociol. Antropol.*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 21-41.
- BARBOSA, Jefferson Rodrigues (2016). Protestos da direita no Brasil contemporâneo: think tank, grupos empresariais, intelectuais e aparelhos orgânicos da burguesia. *Lutas Sociais*, v. 20, n. 36, p. 151-164..
- BHATNAGAR, Stuti; CHAKO, Priya (2019). Peacebuilding think tanks, Indian foreign policy and the Kashmir conflict. *Third World Quarterly*, v. 40, p. 1496-1515.
- BORON, Atílio A (1994). *Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CALMON, Paulo Dupin; SILVA, Rafael Silveira e (2006). Matriz institucional e a dimensão temporal do Conselho Monetário Nacional. Anais do XXX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu.
- CODATO, Adriano (1997). *Sistema estatal e política econômica no Brasil pós-64*. São Paulo: Hucitec/ANPOCS/Ed. da UFPR.
- CODATO, A. N.; CAVALIERI, Marco (2015). Diretores do Banco Central do Brasil nos governos Cardoso, Lula e Dilma: uma radiografia dos seus backgrounds educacionais. *Newsletter: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil*, p. 1-17.
- CROCCO, Marco; JAYMER JR, Frederico G (2003). Independência e Autonomia do Banco Central: mais sobre o debate. In. PAULA, João Antonio de. *A Economia Política da Mudança: os desafios e os equívocos do início do governo Lula*. Belo Horizonte: Autêntica.
- CRUZ, Valdo; DIAS, Mariana; FERNANDES, Sofia; NERY, Natuza; SADI, Andreia. Governo monta “dia do fico” e Levy para acalmar mercado. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 26 mai. 2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/05/1633604-governo-monta-dia-do-fico-de-levy-para-acalmar-o-mercado.shtml>>. Acesso em: 09/06/2020.
- DENHAM, Andrew; STONE, Diane (2004). *Think tank traditions: policy analysis across nations*. Manchester University Press: Manchester.
- DIVERGÊNCIAS de Levy e Barbosa vão além do orçamento. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 24 maio 2015. Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2015/05/24/internas\\_economia,650785/divergencias-de-levy-e-barbosa-vaio-alem-do-orcamento.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2015/05/24/internas_economia,650785/divergencias-de-levy-e-barbosa-vaio-alem-do-orcamento.shtml)>. Acesso em: 09/06/2020.
- DREIFUSS, René (1986). *A Internacional Capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional: 1918-1986*. Editora Espaço & Tempo: Rio de Janeiro.
- DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato (2007). *A difícil rota do desenvolvimento: empresários e a agenda pós-neoliberal*. Belo Horizonte: Editora UFMG. Rio de Janeiro: IUPERJ.
- GRÚN, Roberto (2007). Entre a plutocracia e a legitimação da dominação financeira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 22, n. 65, p. 85-107.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra (2016). O projeto desenvolvimentista no Brasil: histórico e desafios da atualidade. *Cadernos do Desenvolvimento*, v. 11, n. 19, p. 117-128.
- FIORI, José Luís (2002). *60 lições dos 90: uma década de neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Record.
- HAN, Wanqu; XUE, Lan; ZHU, Xufeng (2018). *Embracing Scientific Decision Making: The Rise of Think-Tank Policies in China*. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/323667214>>. Acesso em: 22 out 2020.
- HAUCK, Juliana C. Rosa (2015). Think tanks: quem são, como atuam e qual seu panorama de ação no Brasil. Dissertação (mestrado em ciência política) – Programa de pós-graduação em ciência política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- HARTMANN, Darlan Siegle (2017). Ortodoxos e heterodoxos: uma análise do debate através de diferentes metodologias de pesquisa. *Revista Iniciativa Econômica*, v. 3, n. 2.
- HEINZ, Flávio; CODATO, Adriano. Prosopografia explicada para cientistas políticos. In: PERISSINOTTO, Renato; CODATO, Adriano (Org. 2015). *Como estudar elites*. Curitiba: Editora UFPR.

- JOHNSON, E; MCGANN, James (2005). *Comparative think tanks, politics and public policy*. Edward Elgar Publishing: Cheltenham.
- KELSTRUP, Jesper (2020). Introduction to Special Issue: Think Tanks in the Nordic Countries. *Scandinavian Political Studies*, v.43, p. 129-144.
- KLIASS, Paulo (2007). O início do segundo mandato de Lula eo Plano de aceleração do crescimento. *Lusotopie*, v. 14, n. 2, p. 157-168.
- LEHER, Roberto (2005). A sociedade civil e a esfera pública. *R. Pol. Públ.*, v. 9, n. 1, p.129-156, jul./dez.
- MCGANN, James (2019). *Global go to think tank index report: 2018*. Disponível em: <[https://repository.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1017&context=think\\_tanks](https://repository.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1017&context=think_tanks)>; Acesso em: 18 nov.
- MEIRELES, Monika (2015). Las derechas en Argentina y Brasil. *Política y cultura*, n. 44, p. 257-261.
- NAUGHTON, Barry (2002). China's economic think tanks: Their changing role in the 1990s. *The China Quarterly*, n. 171, p. 625 – 635.
- NARCISO, Pedro Felipe (2018). Neodesenvolvimentismo, neoliberalismo e o desenvolvimento no pensamento econômico e social brasileiro. *MovimentAção*, v. 5, n. 08, p. 68-84.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio (2003). Sociedade civil, entre o político-estatal e o universo gerencial. *RBCS Vol. 18 n°*. 52.
- NOVELLI, José Marcos Nayme (2010). A questão da continuidade da política macroeconômica entre o governo Cardoso e Lula (1995-2006). *Revista de Sociologia e Política*, v. 18, n. 36, p. 227-240.
- O DESABAFO de Chico Lopes. *Istoé Dinheiro*, São Paulo, 24 mai. 2013. Disponível em: <<https://www.istoedinheiro.com.br/noticias/negocios/20130524/desabafo-chico-lobes/3013.shtml>>. Acesso em: 21/09/2020.
- OHEMENG, Frank Louis (2005). Getting the state right: Think tanks and the dissemination of New Public Management ideas in Ghana. *Journal of Modern African Studies*, v. 3.
- ÖNDER, Ali Sina; TERVIÖ, Marko (2015). Is economics a house divided? Analysis of citation networks. *Economic Inquiry*, v. 53, n. 3, p. 1491-1505.
- PAULA, Christiane Jalles de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. (Org. 2010). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-193*. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV.
- PIO, Carlos (2001). A estabilização heterodoxa no Brasil: ideias e redes políticas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 16, n. 46, p. 31-54.
- RAPOSO, Rodrigo (2011). *Banco Central do Brasil: O Leviatã Ibérico*. São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec Editora; Editora PUC Rio.
- RICH, Andrew (2004). *Think tanks, public policy and the politics of expertise*. Cambridge University Press: Cambridge.
- RIDENTE, Marcelo (2010). Vinte anos após a queda do muro: a reencarnação do desenvolvimentismo no Brasil. *Revista USP*, n. 84, p. 50-57.
- ROCHA, Camila (2017). O papel dos think tanks pró-mercado na difusão do neoliberalismo no Brasil. *Revista Digital de Ciências Sociais*. v. 4, n. 7.
- ROCHA, Leonel. Levy e Nelson Barbosa duelam na Comissão de Orçamento. *Congresso em Foco*, Brasília, 11 dez. 2015. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/divergencia-na-area-economica-sobre-superavit-chega-ao-congresso/>>. Acesso em: 09/06/2020.
- SARDENBERG, Carlos Alberto. Indicado “racha” economia. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 15 nov. 1994. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/12/15/brasil/17.html>>. Acesso em: 11/05/2020.
- SARDENBERG, Carlos Alberto. Arida é contra valorizar dólar. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 5 jan. 1995. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/1/05/dinheiro/2.html>>. Acesso em: 11/05/2020.
- SILVA, Rafael Silveira e (2013). Conselho Monetário Nacional como Condicionante da Autonomia do Banco Central. *Agenda Legislativa*.
- SILVEIRA, Luciana (2016). *Fabricação de ideias, produção de consenso: estudo de caso do Instituto Millenium*. 206 p. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filo-

sofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281471>>. Acesso em: 21 set. 2020.

SINGER, André (2015). Cutucando Onças com Varas Curtas. *Novos Estudos*, n. 102.

STONE, Lawrence (2011). Prosopografia. *Rev.Sociol.Polit.*, Curitiba, v.19, p. 115-1371.

TEIXEIRA, Tatiana (2007). Os think tanks e sua influência na política externa dos EUA. Rio de Janeiro: Revan.

WERNECK VIANNA, Maria Lúcia Teixeira (1987). A administração do "milagre": o Conselho Monetário Nacional, 1964-1974. Petrópolis: Vozes.

Anexo 1: Presença de membros do CMN em *Think tanks*, antes/durante e depois de sua participação no Conselho

Consultor	Cargo(s)	Governo(s)	Presença em <i>Think Thanks</i> antes ou durante a participação no Conselho	Presença em <i>Think Thanks</i> posterior à participação no Conselho
Pedro Malan	MF	FHC	Não	Casa das Garças; Millenium
Antônio Palocci	MF	Lula	Não	Não
Guido Mantega	MPLAN/MF	Lula/Dilma	CEBRAP	Não
Joaquim Levy	MF	Dilma	CDPP	Não
Nelson Barbosa	MPLAN/MF	Dilma	Ibre/FGV	Não
Henrique Meirelles	PBC/MF	Lula/Temer	CDPP, Instituto Millenium	Não
Eduardo Guardia	MF	Temer	Não	Não
José Serra	MPLAN	FHC	CEBRAP	Não
Antônio Kandir	MPLAN	FHC	CEBRAP	Não
Paulo Paiva	MPLAN	FHC	Não	Não
Pedro Parente	MPLAN	FHC	Não	Não
Martus Tavares	MPLAN	FHC	Não	Não
Guilherme Dias	MPLAN	FHC	Não	Não
Nelson Machado	MPLAN	Lula	Não	CCIF
Paulo Bernardo	MPLAN	Lula	Não	Não
Miriam Belchior	MPLAN	Dilma	Não	Não
Valdir Simão	MPLAN	Dilma	Não	Não
Dyogo Oliveira	MPLAN	Temer	Não	Não
Esteves Colnago	MPLAN	Temer	Não	Não
Pérsio Arida	PBC	FHC	Não	Casa das Garças, CDPP
Gustavo Loyola	PBC	FHC	Não	Não
Gustavo Franco	PBC	FHC	Não	Millenium, Casa das Garças
Arminio Fraga	PBC	FHC	G30	Millenium, Casa das Garças
Alexandre Tombini	PBC	Dilma	Não	Não
Ilan Goldfajn	PBC	Temer	Casa das Garças, CDPP, Millenium	Não

Fonte: Elaborado pelos autores.

Anexo 2: Ideologia econômica dos Centros de Formação em economia que aparecem como última formação dos Conselheiros do CMN

Conselheiro do CMN	Centro de Formação	Ideologia Econômica
Pedro Malan	Berkeley (EUA), doutorado	Ortodoxo
Joaquim Levy	Chicago (EUA), doutorado	Ortodoxo
Nelson Barbosa	The New School (EUA), doutorado	Não Ortodoxo
Eduardo Guardia	USP, doutorado	Ortodoxo
José Serra	Cornell (EUA), doutorado	Não Ortodoxo
Antônio Kandir	Unicamp, doutorado	Não Ortodoxo
Martus Tavares	USP, mestrado	Ortodoxo
Guilherme Dias	UFRJ, mestrado	Não Ortodoxo
Dyogo Oliveira	UnB, mestrado	Não Ortodoxo
Esteves Colnago	UnB, mestrado	Não Ortodoxo
Pérsio Arida	MIT (EUA), doutorado	Ortodoxo
Gustavo Loyola	FGV-RJ, doutorado	Ortodoxo
Gustavo Franco	Harvard (EUA), doutorado	Ortodoxo
Armínio Fraga	Princeton (EUA), doutorado	Ortodoxo
Alexandre Tombini	Illinois (EUA), doutorado	Ortodoxo
Ilan Goldfajn	MIT (EUA), doutorado	Ortodoxo

Fonte: Elaborado pelos autores.

Anexo 3: Ideologia econômica atribuída aos Conselheiros do CMN

Conselheiro	Ideologia Econômica Atribuída
Pedro Malan	Ortodoxo/Liberal/Inercialista
Antônio Palocci	Ortodoxo/"Neo Ortodoxo"
Guido Mantega	Não Ortodoxo/Desenvolvimentista
Joaquim Levy	Ortodoxo
Nelson Barbosa	Não Ortodoxo/Desenvolvimentista
Henrique Meirelles	Ortodoxo
Eduardo Guardia	Liberal
José Serra	Não Ortodoxo/Desenvolvimentista
Antônio Kandir	Indefinido
Paulo Paiva	Indefinido
Pedro Parente	Ortodoxo
Martus Tavares	Indefinido
Guilherme Dias	"Oposição ao grupo Ortodoxo" /Transita entre os dois grupos

---

Nelson Machado	Não Ortodoxo/Desenvolvimentista
Paulo Bernardo	Monetarista/Ortodoxo
Miriam Bechior	Não Ortodoxo/Desenvolvimentista
Valdir Simão	Indefinido
Dyogo Oliveira	Desenvolvimentista
Esteves Colnago	Indefinido. "Perfil técnico"
Pérsio Arida	Indefinido. Ortodoxo e Heterodoxo
Gustavo Loyola	Ortodoxo/Tecnocrata
Gustavo Franco	Ortodoxo/Liberal
Armínio Fraga	Ortodoxo/"Liberal Radical"
Alexandre Tombini	Indefinido
Ilan Goldfajn	Ortodoxo

---

Fonte: Elaborado pelos autores.

